



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 10 DE JULHO DE 2008.

O Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o princípio da publicidade disposto no *caput* do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil,

Considerando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o Órgão Colegiado do Sistema Estadual de Recursos Hídricos de caráter consultivo, deliberativo e recursal,

Considerando o inciso IX do Art. 20 da Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997;

Considerando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos tem por competência julgar os recursos administrativamente interpostos e os conflitos de uso da água em última instância, conforme Inciso VIII do Art. 1º do Decreto Estadual nº 6.822, de 30 de novembro de 2005,

Considerando a necessidade de se estabelecer trâmites e procedimentos internos para a análise de processos encaminhados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos que necessitem de um posicionamento do mesmo,

Considerando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos poderá aprovar a outorga para captações de águas superficiais de domínio do Estado do Mato Grosso acima do limite máximo individual, conforme § 5º do Art. 2º da Resolução nº 12 de 06 de junho de 2007;

Considerando que o Conselho Estadual de Meio Ambiente passou ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a competência de julgar a dispensa de EIA/RIMA em projetos de irrigação com área superior a 500 hectares;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a ordem das entidades integrantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que farão a relatoria dos processos encaminhados ao mesmo e que necessitem de seu posicionamento.



- 1) Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bom Sucesso - COORIMBATÁ
- 2) Associação Matogrossense dos Municípios - AMM
- 3) Instituto Pantanal Amazônia de Conservação - IPAC
- 4) Secretaria de Estado de Saúde - SES
- 5) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural - SEDER
- 6) Instituto Creatio
- 7) Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
- 8) Usinas Itamarati
- 9) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
- 10) SANECAP
- 11) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
- 12) Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
- 13) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN
- 14) Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS
- 15) Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso - FIEMT
- 16) Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SINFRA
- 17) Rede Araguaia de Organizações Eco-Culturais – RAEONG's
- 18) Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo - SEDTUR
- 19) Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia – SICME
- 20) Associação Regional de Pesquisa Científica e Ambiental - ARPCA

§ 1º A seqüência acima determinada será válida até o termino do mandato em vigência (Biênio 2008/2009).

§ 2º O processo será encaminhado ao Conselheiro Titular da Entidade em questão, o qual deverá informar à Secretaria Executiva do CEHIDRO caso a relatoria do processo seja realizada pelo Conselheiro Suplente.

§ 3º Será dever do Conselheiro Relator enviar à Secretaria Executiva do CEHIDRO o seu voto com 07 (sete) dias de antecedência à reunião subsequente, para que o mesmo seja encaminhado aos demais Conselheiros.



§ 4º A Secretaria Executiva do CEHIDRO encaminhará o processo ao Conselheiro Relator com 21 (vinte e um) dias de antecedência à reunião subsequente para que o mesmo examine o processo e elabore seu voto.

§ 5º Os processos serão encaminhados aos conselheiros conforme a ordem de envio dos mesmos à Secretaria Executiva do CEHIDRO, sendo cada entidade responsável pela análise de somente um processo por vez.

Art. 2º O voto do Conselheiro Relator será apresentado a Plenária, onde cada entidade presente deverá manifestar seu voto, acompanhando ou não o voto do Conselheiro Relator, devendo constar o posicionamento de cada Entidade na Ata da Reunião.

Art. 3º A decisão da Plenária será publicada na forma de Resolução e será encaminhada ao CONSEMA para ser referendada, quando necessário.

Art. 4º Caso a Instituição esteja impossibilitada de fazer a relatoria do processo, deverá apresentar uma justificativa por escrito para a Secretaria Executiva, sendo a relatoria repassada a próxima instituição conforme ordem citada no artigo 1º.

§ 1º Nos casos acima citados, será mantida a ordem do Art. 1º, somente voltando a relatoria para a Instituição quando se reiniciar a ordem de envio.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN

Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO